

Há ainda 59,01% de municípios que apresentaram desvio de finalidade na execução dos recursos destinados ao pagamento de salário de professores. Outros 36,06% usaram para outros fins a verba que deveria ser gasta com despesas de manutenção exclusiva do ensino fundamental. O Fundef foi implementado em 1998. Em 21 estados, apenas a arrecadação de impostos local é suficiente para abastecer o fundo. Mas Bahia, Maranhão, Piauí, Alagoas, Pará e Ceará não são auto-suficientes e, por isso, recebem verba federal para completar o fundo.

TCU APURA IRREGULARIDADES

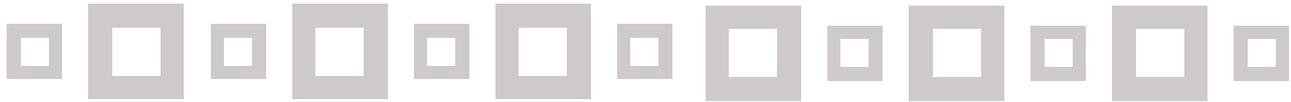
O Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, afirmou ontem que o órgão se empenha em fiscalizar a aplicação do dinheiro repassado pelo Ministério da Educação (MEC) aos estados para constituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Segundo ele, vários municípios já foram alvo de auditorias.

“Todas as vezes que a Controladoria Geral da União e o Ministério da Educação detectam irregularidades, formatam um processo e o TCU abre um procedimento para apurar. Já fizemos auditorias em muitos casos. Mas a provocação tem que vir da Controladoria Geral da União ou do MEC”, disse Aguiar.

Ele declarou também que cabe ao Conselho de Fiscalização do Fundef exercer controle sobre o dinheiro enviado aos estados. “E existem conselhos nos âmbitos municipal, estadual e federal”, lembrou.

No entanto, reportagem do Correio mostrou ontem que em alguns municípios os conselhos são compostos por parentes do prefeito ou apadrinhados políticos dele. A constatação foi feita pela Controladoria Geral da União, que detectou o problema durante fiscalizações por amostragem. (PMM)

(Correio Braziliense - 08/03)



TCU determina ao Instituto Nacional do Seguro Social adoção de 60 ações que devem conter a evasão de dinheiro público

FRAUDES EQUIVALEM A PELO MENOS 11% DE TUDO QUE É PAGO PELO INSS ANUALMENTE

Marcelo Tokarski
Da equipe do Correio

O Tribunal de Contas da União (TCU) passou a monitorar de perto o sistema de pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro (INSS). Nos últimos seis meses, uma auditoria sigilosa encontrou inúmeras falhas e mapeou o caminho de fraudes bilionárias cometidas contra a Previdência Social. O TCU determinou que o INSS, o Ministério e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), responsável pelo gerenciamento do sistema, adotem cerca de 60 medidas para estancar a sangria de dinheiro público. O próprio governo estima que as fraudes somem R\$ 14 bilhões anuais. Uma comissão do Tribunal vai acompanhar de perto o cumprimento das determinações.

As medidas foram aprovadas ontem à noite, em sessão reservada do plenário do TCU. De acordo com o relator do processo, Ministro Ubiratan Aguiar, foi determinado o sigilo das informações em virtude da gravidade do tema. “Os técnicos ficaram espantados com o que viram. O sistema de benefícios do INSS é totalmente inconfiável”, afirmou Aguiar. “Não expusemos os problemas para não revelar os métodos utilizados nas fraudes”, ressaltou.

De acordo com estimativas do próprio Ministério da Previdência, as fraudes equivalem a pelo menos 11% de tudo o que é pago pelo INSS, o que daria um ralo anual de R\$ 14 bilhões. O rombo bilionário equivale a mais de 40% do déficit previdenciário registrado no ano passado. No Rio de Janeiro, por exemplo, uma força-tarefa da Previdência descobriu que 23% dos benefícios pagos no estado são fraudulentos. Em todo o país, o INSS paga 23,1 milhões de benefícios mensais, entre aposentadorias, pensões e auxílios.

Entre as irregularidades encontradas pelo TCU estão a ausência de documentação na base de dados, inconsistência de processos administrativos, débitos que desapareceram do sistema, falta de registro dos responsáveis por operações realizadas, emissões indevidas de certidões negativas de débitos, sonegação e divergência entre dados do INSS e da Receita Federal referentes ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis). “Há também casos de empresas que quitaram dívidas pagando valores bem inferiores ao devido”, explicou o relator.

De acordo com o Ministro Aguiar, a auditoria é uma amostra das fragilidades do sistema de pagamento de benefícios do INSS, que movimentou no ano passado R\$ 128,7 bilhões. “Além das fragilidades, a auditoria detectou fraudes cometidas contra o INSS. Por isso, determinamos a adoção de uma série de medidas preventivas”, afirmou. O Ministro não detalhou as medidas impostas pelo TCU em virtude do caráter sigiloso da investigação.

PUNIÇÃO

Os prazos para cumprimento das determinações variam de três meses a um ano. Como as medidas têm caráter determinativo, os responsáveis pelas áreas envolvidas serão punidos em caso de desobediência ao TCU. “Por isso, o TCU vai acompanhar de perto a aplicação de todas as medidas”, garantiu Aguiar. Ao todo, foram feitas 60 diferentes determinações.

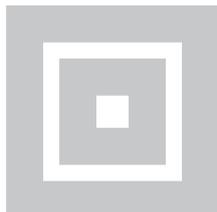
A auditoria do TCU foi realizada durante seis meses. O sigilo foi decretado a pedido dos próprios analistas do Tribunal, em função da gravidade dos problemas encontrados. Foi descoberta, por exemplo, a participação de funcionários do Instituto nas fraudes. Além do INSS, do Ministério da Previdência e da Dataprev, Câmara, Senado e Controladoria Geral da União (CGU) receberão o relatório do Ministro Ubiratan Aguiar. A reportagem não conseguiu falar com representantes do INSS ontem à noite.

Alguns números mostram as fragilidades. De acordo com levantamento feito pelo Ministério, há 1.400 pontos vulneráveis no sistema de informática gerido pela Dataprev. Mais de 900 mil benefícios são pagos a pessoas que o INSS não sabe nem onde moram. Um desembolso mensal de R\$ 225 milhões. Na faixa entre 75 a 79 anos, o número de aposentados que recebem do INSS supera em 442 mil pessoas a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para esta faixa etária.

Além da inconsistência da base de dados, há fraudes que envolvem a colaboração de funcionários. Um dos golpes mais utilizados é a obtenção de certidões negativas. Depois que uma empresa quita sua pendência com o INSS, o fraudador acessa o sistema e transfere o dinheiro para a conta de outro devedor. A certidão é emitida e o dinheiro, devolvido à conta original. Com isso, a empresa fraudadora continua devendo, mas obtém a certidão que comprova sua situação “regular”.

LIMITE SERÁ TESTADO

O INSS começa a testar amanhã o sistema eletrônico que limitará em 24 o número de perícias diárias feitas pelos 2.743 médicos terceirizados que prestam serviços para a instituição. A partir da próxima quarta-feira, o bloqueio estará operando em todo o país. A medida está sendo tomada para evitar que alguns profissionais realizem até 50 perícias por dia e ganhem R\$ 15 mil por mês, segundo denunciou o Correio no último dia 28. De acordo com recomendação do Conselho Federal de Medicina (CFM), 24 perícias/dia é o limite máximo para preservar a qualidade do serviço.



A implantação do bloqueio foi noticiado com exclusividade pelo Correio. Segundo o diretor-substituto de Benefícios do INSS, Eduardo Basso, um software irá fazer o acompanhamento on-line das perícias. Como as consultas são agendadas pelo próprio INSS, o sistema irá bloquear novas marcações após 24 consultas. Os médicos credenciados recebem R\$ 21 por perícia realizada. Além dos terceirizados, o INSS tem 2.176 peritos concursados.

O Instituto também está investigando 41 profissionais terceirizados, sob suspeita de realizarem perícias desnecessárias apenas para aumentar seus rendimentos. Todos recebem mais de R\$ 9 mil por mês. Segundo o Instituto, caso sejam comprovadas irregularidades nas perícias, esses médicos perderão o credenciamento e responderão civilmente pelos valores ganhos indevidamente.

O INSS também anunciou ontem que dentro de 90 dias vai implantar projetos pilotos para tentar reduzir em 50% as filas nos postos de atendimento da Previdência Social. Os pilotos serão implantados em grandes centros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Segundo o coordenador-geral de Benefícios do INSS, Carlos José do Carmo, benefícios por incapacidade poderão ser solicitados diretamente na empresa ou em sindicatos parceiros do INSS. “Do total de pessoas que vão às agências da Previdência, 18,65% vão requerer benefícios por incapacidade, e 14,6% procuram a perícia médica”, afirmou.(MT)

(Correio Braziliense - 10/03)

O Tribunal de Contas da União tem ...

O Tribunal de Contas da União tem procurado agir de maneira preventiva junto às agências reguladoras, fazendo recomendações, para que os processos de licitação não sejam interrompidos em sua fase final ou quando os contratos de concessão já estejam em andamento.

Essa experiência tem sido muito útil para as partes envolvidas, evitando problemas posteriores. No caso da Agência Nacional do Petróleo, por exemplo, o TCU recomendou que as rodadas de licitação das áreas destinadas à exploração de óleo e gás sejam autorizadas pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Com o aval dos Ministros que compõem o Conselho, a ANP não se envolveria em discussões relativas à política de energia, e o seu papel como órgão regulador seria menos questionado — até judicialmente — nos períodos que envolvem as rodadas (é um desgaste a cada ano, pois sempre surge a dúvida se a licitação ocorrerá ou não).

No setor de energia elétrica o TCU tem feito sugestões e recomendações à Aneel. A definição sobre

tarifa social é uma delas. Técnicos do Tribunal cruzaram dados do IBGE e concluíram que o consumo de 80 quilowatts por mês pode não ser o melhor critério para identificar aqueles que realmente precisam de uma tarifa social. Cadastros de IPTU ou mesmo o CEP dos consumidores deveriam ser considerados. Auditores do TCU também têm avaliado o que está acontecendo com a CCC, agora o principal encargo das contas de energia elétrica. A CCC arca com grande parte do preço do óleo diesel usado pelas usinas térmicas da Amazônia, mas esses gastos vêm aumentando em ritmo espantoso. Pelas projeções, a CCC deve bater na casa de R\$ 4 bilhões em 2005 (e Manaus responderá por quase metade disso). Há cinco anos esse valor não passava de R\$ 600 milhões.

Antes considerado uma fonte de atritos, esse acompanhamento do trabalho das agências feito pelo TCU hoje contribui para aperfeiçoamento e definição dos marcos regulatórios tão reclamados pelos potenciais investidores em áreas de concessão da União. Este ano, o TCU promoverá um seminário internacional, com a participação de representantes de agências reguladoras de outros países, para debater a experiência.

(O Globo - 14/03)